

Uma revisão da história bancária de Minas Gerais no século XIX

Marcus Antônio Croce
(UFMG-CEDEPLAR e FaSar)

Cláudia Cristina da Silva
(UNIVERSO- Niterói e Rede Pública Estadual de Minas Gerais)

RESUMO

O artigo presente tem o propósito de revisar a história bancária de Minas Gerais no século XIX. A pesquisa realizada confrontou referências de uma vertente que defende os comerciantes como responsáveis pela origem dos bancos mineiros, com uma rede muito limitada, com outra que aponta os bancos de Minas Gerais nesse período como um dos mais bem aparelhados, sendo que sua origem e sua dinâmica no século XIX estavam relacionadas à ascensão cafeeira regional e também à política econômica preparada para o período pós-abolição no Brasil.

Palavras-chave: Bancos, café, Encilhamento, comércio, desenvolvimento.

ABSTRACT

The present article aims to review the banking history of Minas Gerais in the XIX century. The survey results confronted a strand that defends the traders as responsible for the origin of the miners banks, with very limited network with other pointing banks of Minas Gerais in this period as one of the best equipped, and its origin and dynamics in the nineteenth century were related to regional coffee to rise and also prepared for the post-abolition period in Brazil's economic policy.

Key-words: Banks, coffee, Encilhamento, trade, development

Área Temática: História Econômica e Demografia Histórica

Introdução

A história bancária brasileira possui suas diversidades devido à grande extensão territorial e suas peculiaridades regionais. A história bancária de Minas Gerais no século XIX nesse universo ainda é um objeto de pesquisa com ampla capacidade de ser trabalhada devido ao pouco volume de obras a respeito desse tema. Trabalhos que muito colaboraram nessa questão de autores como Augusto Viegas, J. Whirh, Francisco Iglésias, Fernando N. Costa, Cláudio A. Bastos, Antônio Lopes de Sá e Otávio Dulci deram uma ampla visão dos bancos em Minas Gerais no século XIX.

A metodologia aplicada nesse artigo então confrontou o argumento desses autores, onde uns colocam que o sistema bancário de Minas Gerais no século XIX originou-se de comerciantes que viam a necessidade de um banco para facilitar as negociações em um mercado interno, sendo que o sistema bancário era muito limitado precário, sem nenhuma relação com a economia cafeeira e com a política econômica do período, com outras que apontam esse mesmo setor bancário como prospectivo, tanto endogenamente como exogenamente, apoiado em sua economia cafeeira, principal produto da balança comercial brasileira nesse período e também, amparado pela política monetária que o governo imperial implantou no final do século XIX, conhecida como o Encilhamento, que ao mesmo tempo teve resultados negativos para alguns bancos, mas teve também, resultados positivos para outros bancos, o que gerou uma evolução do mercado de capitais em Minas Gerais.

Ainda dentro da metodologia, foram consultadas fontes primárias na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, Museu do Ministério da Fazenda, no Arquivo da Prefeitura de Juiz de Fora e no Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, na Biblioteca da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e no Instituto Amílcar Martins e no Centro de Documentação Histórica de Cataguases, como referência para o resultado dessa pesquisa, aonde foram detectados que, os dados mais condizentes para nossa conclusão se direcionam para a vertente defensora dos argumentos de que, a economia cafeeira e a política econômica governamental foram fatores predominantes para a evolução do sistema bancário de Minas Gerais.

1 – Um breve histórico da origem dos bancos no Brasil e as teorias *metalistas* e *papelistas*.

A chegada da Família Real ao Brasil em 1808 proporcionou a criação do primeiro banco no país, o Banco do Brasil. O banco, por sua vez, fez com que os brasileiros comesçassem a enxergar as instituições monetárias como um mecanismo fundamental para o comércio e a indústria (SOUZA FRANCO, 1984). Porém, o estabelecimento bancário inaugurado no Brasil nesse período obteve uma duração efêmera e foi liquidado em 1829, apenas sete anos após o país estar independente de Portugal.

Bernardo de Souza Franco, em sua obra *Bancos do Brasil*, reeditada por Carlos Manoel Pélaez e Wilson Suzigan em 1984, defende que o evento da Independência do Brasil, em 1822, aconteceu em um país com uma estrutura monetária desestruturada e havia a falta também de um entendimento do mecanismo das intermediações financeiras executadas pelas instituições bancárias, especialmente na questão da emissão de numerário. Tal entendimento seria necessário para que se reformulasse e se desenvolvesse o Banco do Brasil, que teria a missão de alavancar o desenvolvimento

socioeconômico brasileiro, pois o país se encontrava em condições precárias de fontes de intermediação financeira:

“(...) em um país novo e falto de capitais, como o Brasil, é-lhe serviço importantíssimo procurar desenvolver seus trabalhos e lançar mão das instituições de crédito, como o mais poderoso meio de aproveitar capitais desempregados, pô-los a serviço da indústria e como que os duplicar em seu benefício” (SOUZA FRANCO, 1984 p. 08).

A falta de uma circulação monetária desenvolvida desencadeou uma crise no Banco do Brasil, forçando a sua primeira liquidação. A ocorrência desse fato deu origem a duas vertentes do pensamento econômico brasileiro: os *metalistas* e os *papelistas*. Os *papelistas* apoiavam um padrão fiduciário, enquanto os *metalistas* acreditavam que um padrão metálico era uma base mais segura e prudente de se conduzir a economia no país. De acordo com Bulhões e Peláez, estudar bancos no Brasil sem entender as teorias *metalistas* e *papelistas* não faz sentido (BULHÕES; PELÁEZ In: SOUZA FRANCO, 1984, p. 03)

Os *metalistas* defendiam que o excesso de emissão monetária foi um fator crucial para a primeira liquidação do Banco do Brasil, sendo a causa de um descontrole financeiro (ANDRADA, 1923). Já os *papelistas*, por sua vez, descartam essa causa, uma vez que a alta taxa de crescimento do saldo de papel-moeda emitido devia-se a uma base inicial muito baixa. Essa vertente lembrou também que, na época da fundação do Banco do Brasil, não existia papel moeda no país (PELÁEZ; SUZIGAN, 1981).

A vertente dos *papelistas* acreditava que a causa da crise do Banco do Brasil em seu primeiro estágio estava concentrada nos déficits governamentais. O poder de decisão na emissão de moeda exclusivo da Coroa e, posteriormente, no Império foi canalizado praticamente para atender às altas despesas do governo e não para maior circulação que promoveria um desenvolvimento nas redes de comércio e indústria (VIANA, 1926).

Apesar da liquidação do Banco do Brasil, a fundação dessa instituição mostrou para o país alguns pontos positivos que se iniciaram com a criação desse banco e que não poderiam ser deixados para trás. Dentre esses pontos, ficou demonstrado que Banco do Brasil impôs:

“(...) uma impressão profunda no espírito público, todos os homens práticos e os principais de nossos estadistas (...) a reconhecer que a existência de instituições bancárias era coisa indispensável (...) para facilitar as transações do comércio e indústria no país.” (CAVALCANTI, 1983 p.177).

“Existia uma grande necessidade de diversificação do estoque de moeda, especialmente para exercer a função do meio de troca. As notas do Banco preencheram um vácuo

num país que não tinha dinheiro para efetuar as transações. (...) A experiência no período 1809/21 mostrou vivamente o quanto o País precisava de diversificação do seu estoque de moeda e do desenvolvimento de instituições creditícias.” (PELÁEZ; SUZIGAN, 1976 p.43).

Mas, se o país criou a sua moeda, qual seria a forma mais correta de projetar sua emissão?

No contexto dessa pergunta, verifica-se que a corrente *papelista* contribuiu na evolução do sistema bancário no Brasil através de um dos seus principais defensores: o Visconde Souza Franco. As críticas de Franco, que chegou a ser o Ministro da Fazenda em 1857, enfatizavam que a estrutura bancária do país no período entre a chegada da Família Real e o Primeiro Reinado de D. Pedro I era muito precária (SOUZA FRANCO, 1984 pp.08-09).

A solução para essa questão segundo esse *papelista* estava na elucidação de dois pontos relevantes, aos quais os bancos que fossem criados no Brasil precisariam se adaptar: utilizar saldos ociosos para empréstimos com taxas mais baixas, com tempo de pagamento optativo entre curto e longo prazo; e a organização de uma empresa financeira sólida que motivasse a compra de suas ações no mercado financeiro, fornecendo lucro aos seus acionistas (PELÁEZ; SUZIGAN, 1976 p.64).

Souza Franco defendia que a praça do Rio de Janeiro, capital e centro financeiro do país, necessitava de um sistema bancário eficiente e moderno. Em sua visão, o Brasil perdia a chance de criar oportunidades produtivas, uma vez que o mecanismo financeiro responsável pelo crédito representava um papel insignificante, concedendo apenas empréstimos limitados, em curto prazo, restringindo, assim, a dinâmica do desenvolvimento em setores agrícola e industrial (PELÁEZ; SUZIGAN, 1976 pp.65-66-67).

Nota-se que o pensamento de Souza Franco correspondia ao que acontecia nos países industrializados como Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos e outros, onde o sistema bancário representava um papel propulsor da indústria e do comércio através do crédito. Tal pensamento, nessa época, no Brasil, era uma *visão incomum* entre os articuladores e estudiosos do sistema bancário no país (PELÁEZ e SUZIGAN, 1976 p. 66).

Quanto às relações que envolviam banco e governo, Souza Franco considerava a necessidade de se criar leis bancárias e de sociedade anônima específicas, de forma que o sistema financeiro não fosse mais regulado pelo *Código Comercial*. De acordo com esse autor, tal código era um entrave para a dinâmica da estrutura bancária, devido à lentidão dos procedimentos burocráticos para liberação de documentos. Com base nestas ideias, o Visconde Souza Franco elaborou uma proposta de reforma do sistema bancário, a qual se baseava em três objetivos centrais:

- 1) *Na organização de estabelecimentos de crédito em todas as províncias que os comportem, e de filiais ou caixas de descontos nas outras e nas grandes povoações, desenvolvendo-se assim os meios de trabalho, e animando a indústria nacional.*
- 2) *Na substituição das notas do Tesouro de valor instável, e sujeitas a contínuas oscilações, por notas do banco, realizáveis em metais, e, portanto, de valor mais fixo e seguro, e menos sujeitas a falsificações.*
- 3) *Em que ficando por esta forma aos bancos o fornecimento de moeda precisa aos mercados de seu círculo, dá-se mais regularidade no*

suprimento e mais certeza de que a quantidade das notas circulantes será a exigida pelo mercado, porque, aliás, o banco emitirá as que faltem, ou vir-lhe-ão ao troco por metais as que sobrem em hipótese contrária (SOUZA FRANCO, 1984 pp. 95-96).

No contexto da evolução no sistema bancário brasileiro, após a contribuição da reforma bancária exposta por Souza Franco, surgiu uma nova visão sobre bancos muito significativa para a história bancária brasileira, que se situava entre os *metalistas* e os *papelistas*: a visão *eclética* do Visconde de Itaboraí.

Nos anos que se estendem entre 1848 e 1853, Itaboraí teve uma participação significativa na política monetária brasileira, assumindo o Ministério da Fazenda e reformulando, com sucesso, o segundo Banco do Brasil.

Dentre as principais contribuições que foram efetivadas pelo Visconde de Itaboraí estão a *Lei das Sociedades Anônimas*, a reformulação do *Código Comercial*, a reforma da *Casa da Moeda*, além de projetos e estudos que definiram a implantação da *Bolsa de Valores* no Rio de Janeiro (PELÁEZ; SUZIGAN, 1976 p. 72).

O Visconde de Itaboraí, de certa forma, se manteve neutro no debate entre *metalistas* e *papelistas*, sendo precursor de uma escola eclética na economia brasileira desse período. Todavia, suas ideias afinavam mais com as dos *metalistas*, ainda que houvesse entre ele e esta vertente uma divergência crucial: a questão de causa e efeito entre industrialização e desenvolvimento.

Enquanto os *metalistas* definiam para o Brasil o papel de um país agroexportador e fornecedor de matérias-primas, Itaboraí defendia a substituição de importação, a industrialização e a modernização do Brasil. Sua visão, bem mais arrojada e moderna de desenvolvimento industrial do que a defendida pelos *metalistas* aparece claramente expressa em um relatório de sua autoria intitulado “*Meios de Proteger a Indústria*” (BRASIL, Ministério da Fazenda. Tipografia Nacional, Rio de Janeiro 1850 pp. 32-33-34-35).

Entretanto, podemos dizer que Itaboraí se aproximava dos *metalistas* no que diz respeito à emissão, que, segundo ele, deveria ser monopolizada pelo Governo através de um grande banco centralizador (PELÁEZ; SUZIGAN, 1976 pp. 75-76).

Exercendo a função de Ministro da Fazenda, Itaboraí tomou medidas que favoreceram tanto *papelistas* como *metalistas*. De um lado, autorizou dois bancos privados e emissores, que foram o Banco do Brasil de Mauá e o Banco do Pernambuco. De outro, autorizou e reformulou o segundo Banco do Brasil com o propósito de monopolizar a emissão e absorver os bancos privados existentes (PELÁEZ; SUZIGAN, 1976 pp. 76-77).

Apesar do pensamento de Itaboraí, de monopolizar a emissão monetária ao Banco do Brasil, o panorama bancário em 1851 se mostrava em ascensão através do seu setor privado e também no que tangia ao aumento de emissão monetária. Essa ascensão se devia a fatores como prosperidade econômica mundial entre 1850-1860 e um desenvolvimento da produção cafeeira no Brasil, produção esta que encontrava pela frente um campo promissor de aceitação do seu produto no mercado internacional (PELÁEZ; SUZIGAN, 1976 pp. 77).

Observa-se que, no decorrer do século XIX, o pensamento econômico no que se referia ao sistema monetário começou a demonstrar uma evolução significativa amparada por teorias divergentes, porém, contributivas para a política monetária nacional.

2 – Origem dos bancos em Minas Gerais em uma visão comercial e limitada.

Ainda estudando o sistema bancário do século XIX, período em que foram originados os bancos no Brasil, no caso de Minas Gerais, aparece uma interpretação sobre sua origem: Augusto Viegas apresenta a primeira transação bancária no Estado de Minas Gerais como um episódio bem interessante e original. De acordo Viegas, em fevereiro de 1822, foi efetivada uma operação cambial envolvendo o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire e o comerciante João Batista Machado, da cidade de São João Del- Rei. Por causa desse fato, João Batista Machado ficou conhecido na história mineira como o primeiro banqueiro de Minas e, 38 anos depois, fundou o estabelecimento denominado como “Casa de Alugar Dinheiro” (VIEGAS, 1953 in: BASTOS, 1997 pp. 35-36). Já Fernando Nogueira da Costa disse que Custódio de Almeida Magalhães, em 1860, inaugurou, na cidade de Ouro Preto, uma casa bancária conhecida também como “a casa de alugar dinheiro” (COSTA, 1978 p. 19).

As primeiras operações financeiras ocorridas em Minas no século XIX eram efetivadas através de Caixas Econômicas fundadas na região central do estado e de pessoas como João Batista Machado, Custódio de Almeida Magalhães, Vital Leite Ribeiro, Baronesa de Juiz de Fora, dentre outros (BASTOS, 1997 pp. 35-36; COSTA, 1978 p. 19).

Com o desenvolvimento da produção cafeeira na região da Zona da Mata Mineira, articulando comércio e indústria, na segunda metade do século XIX, surgiram os primeiros bancos de fato no estado (FRANCO, 1990 p. 28). Constata-se que as primeiras instituições bancárias foram inauguradas nesse período pós 1887 e esses bancos e suas trajetórias históricas estão vinculadas a três fatores fundamentais, a saber: a economia cafeeira, o desenvolvimento da indústria e do comércio e a política econômica do Encilhamento.

O estudo de Fernando Nogueira da Costa, intitulado “Bancos em Minas Gerais”, abrangente e importante, não apresentou a importância da política econômica do Encilhamento e o “vazamento” de capital cafeeiro direcionado para a abertura de bancos. Em outras palavras, o autor em questão não vê que a economia cafeeira tenha propiciado capital excedente para ser invertido nas atividades bancárias e industriais em Minas Gerais.

Para chegar à confirmação de sua hipótese, Costa partiu de uma análise sobre a economia mineira nesse período, envolvendo café, indústria, agricultura, pecuária e a política econômica do governo, e, para isso, usou como fio condutor de sua análise a obra de João Heraldo Lima (1977) “Café e Indústria em Minas Gerais”.

Os pressupostos utilizados por Lima, que Costa incorporou, são, na verdade, um estudo comparativo entre o processo de acumulação do capital cafeeiro e sua diversificação para o setor industrial em São Paulo e em Minas Gerais. As conclusões da pesquisa feita por Lima mostram que, em São Paulo, houve a articulação desse capital ao contrário de Minas, onde isso não ocorreu. A causa disso não ter ocorrido em Minas, segundo Lima e apoiado por Costa, teria sido que, a maior parte do capital cafeeiro de Minas Gerais deslocou-se para o Rio de Janeiro, sendo que os lucros do café em Minas Gerais só foram investidos nas plantações (COSTA, 1978 p. 23).

Apoiado pela afirmação de que o grande comércio de exportação de café mineiro não se diversificou, Costa levantou a hipótese de que não teria havido uma relação entre capital cafeeiro e capital bancário:

“Levantamos esse ponto com intuito de destacar que não teria ocorrido um *vazamento* de capital-dinheiro da cafeicultura mineira para eventuais aplicações em

indústrias e bancos (ou mesmo outra atividade econômica que assegurasse uma rentabilidade positiva, garantindo a reprodução global dos lucros). (...) ausência em Minas de um mecanismo apropriador centralizador e diversificador do capital cafeeiro, como o ocorrido em São Paulo” (COSTA, 1978 p. 25).

Lima e Costa afirmaram que a indústria existente em Minas no século XIX era composta por pequenos estabelecimentos, com escassez de capital, pequeno contingente de operários e uma produção cafeeira frágil, com pequena capacidade de acumulação, formada por pequenas e médias propriedades pouco produtivas (COSTA, 1978 p. 25).

Fortalecendo ainda mais sua hipótese, ou seja, de que os cafezais em nada contribuíram para o desenvolvimento de indústrias e bancos em Minas Gerais, Costa buscou apoio em Hasenbalg & Brigagão (1970). De acordo com esses autores, o capital bancário em Minas decorreu de pequenos e médios comerciantes:

“(...) durante a Primeira República, quando a rede de bancos inicia sua penetração pelo interior dos estados, é no pequeno e médio comerciante dessas regiões onde se pode procurar a origem dos empresários banqueiros (...) é o caso de Minas Gerais, onde a atividade bancária durante o Império foi quase inexistente (...) até a segunda década do século XX, o crédito rural foi quase inexistente no Brasil, sendo o crédito mercantil a forma predominante assumida para a atividade bancária. O setor comercial, tanto ligado à exportação quanto relacionado ao mercado interno, teria sido o mais interessado em desenvolver uma estrutura financeiro-bancária a ele subordinada (...) é muito possível que a forma predominante de constituição e integração do capital inicial, para a criação de novos bancos, deriva-se de reuniões de empresários urbanos, predominantemente comerciantes, interessados no novo empreendimento” (HASENBALG & BRIGAGÃO, 1970 In: BASTOS, 1997 pp. 06-07) .

Fernando Nogueira da Costa, apoiado nos escritos de John Wirth (1975), em “Minas e a Nação”, diz que Minas Gerais dependia dos exportadores do Rio de Janeiro e de São Paulo o que acabou favorecendo as firmas exportadoras e importadoras dessas províncias. Tal fato teria proporcionado um desvio de capitais que foram aplicados em bancos fora de Minas. Diante disso, Costa defendeu que, de acordo com Wirth: “Vários governantes tentaram inverter esse fluxo de dinheiro e lucros, estimulando o estabelecimento de bancos em Minas, com agência nos centros de exportação” (WIRTH, 1975 p. 83).

A colocação de J. Wirth faz sentido, como se vê, por exemplo, no caso do contrato firmado entre o estado e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, em 1894. De acordo com esse contrato, o estado depositaria os recursos do Tesouro na agência desse banco na cidade de Ouro Preto, e o governo ordenaria, também, que as

arrecadações das estradas de ferro em Minas, exceto a Central, fossem depositados seus saldos nesse banco (BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS. Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas, 31 de agosto de 1895 p. 10).

A diferença entre Wirth e Costa, sobre essa questão, é que, enquanto Wirth percebeu que o estado criava mecanismos, ou tentativas, de parceria com o setor financeiro privado para fortalecer o sistema bancário no estado através do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Costa desconsidera que tal banco foi criado, em 1889, com um capital derivado de grande número de cafeicultores da Zona da Mata Mineira e que tal banco operava com recursos próprios, ampliando o crédito para a indústria, para o comércio e para as atividades agrícolas.

Isso pode ser constatado no balanço do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, apresentado em 10 de janeiro de 1895, referente a 31 de dezembro de 1894. Tal balanço mostra que a Carteira Hipotecária do Banco era direcionada a empréstimos cafeeiros de longo prazo e encontrava-se com o saldo de 10.874:399\$063, enquanto a Carteira Comercial, que operava com descontos de letras e outros empréstimos de curto prazo, com pessoas físicas e jurídicas, encontrava-se com o volume de 21.325:042\$512 em operações de crédito (BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS. Relatório apresentado à Assembléia Geral dos Acionistas, 31 de agosto de 1895 p. 13).

Para Fernando Nogueira da Costa, no referente à gênese dos bancos mineiros no século XIX, a economia cafeeira, o desenvolvimento comercial/industrial e a política econômica do Encilhamento, em nada influenciaram a dinâmica do setor bancário mineiro na segunda metade oitocentista.

Para Costa a economia cafeeira em Minas era frágil, sem capacidade de investimento, e o pouco que se lucrava era investido no setor bancário exógeno. A indústria e o comércio eram formados por pequenos estabelecimentos, também com pequena capitalização. No que tange à política econômica do período, o Encilhamento nem sequer foi mencionado, a não ser em uma pequena citação (COSTA, 1978 p. 36).

3 – Origens dos bancos em Minas Gerais em perspectivas de expansão através da cafeicultura e da política econômica no século XIX.

Estudos sobre a história bancária de Minas Gerais afirmam que a origem do setor bancário no Estado está relacionada, diretamente, à industrialização. Nelson Lage Mascarenhas (1954), em sua obra “Bernardo Mascarenhas e o Surto Industrial de Minas Gerais”, disse que o “surto industrial” ocorrido a partir de 1880, ocorreu ao mesmo tempo que a expansão do setor bancário mineiro.

Washington Albino (1957), em “Perspectivas Atuais da Economia Mineira”, diz que a fundação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais atendeu ao surto da industrialização nascente e às necessidades de crédito rural no estado (BASTOS, 1997 p. 06).

O livro “Instituições Financeiras de Minas”, de Cláudio Albuquerque Bastos (1997), discutiu as teses dos autores abordados até agora. Quanto à crítica ao trabalho de Albino, Bastos observa que a história bancária de Minas Gerais antecede a fundação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, e, em outro ponto critica Mascarenhas e principalmente Costa, referindo-se às origens do capital dos bancos, Bastos diz:

“Admite-se, pela demonstração histórica que estamos realizando, que o ciclo econômico adequado para definir a

origem dos bancos mineiros seria, portanto, o da atividade agrícola ou mais especificamente cafeeira e não o surto de industrialização que se espalharia por Minas no final daquela centúria (...) a nível empresarial, de uma atividade comum a inúmeros fazendeiros da região compreendida entre São João Del Rey e Juiz de Fora. Essa região geoeconômica recebeu nítida influência da economia cafeeira que se desenvolveu em território fluminense” (BASTOS, 1997, p. 06).

Bastos viu a política econômica exercida pelo governo nesse período, conhecida como o “Encilhamento”, como um fator fundamental da história bancária de Minas no século XIX:

“Coincidentemente, a contração de crédito que veio seguida do Encilhamento e provocou um estado recessivo por quase uma década, o nível concorreria para caracterizar o fim do primeiro ciclo da história bancária de Minas Gerais (1819-1896)” (BASTOS, 1997 pp. 12-13).

Bastos dividiu a história bancária de Minas em três fases, sendo que a primeira vai da atuação do primeiro banqueiro identificado no Estado, João Batista Machado (1822), até 1896; a segunda marcada pela ausência do surgimento de novos bancos, entre 1896 e 1909, “período crítico dessa história, quando nenhum outro banco aparecia no estado” (BASTOS, 1997 pp. 12-13). A terceira fase iniciou-se em 1909.

A obra de Bastos fez um resgate pontual dos estabelecimentos bancários de Minas Gerais, na qual o autor, diferente dos antes referidos, destacou a importância de três fatores: o café, a indústria e o Encilhamento.

De acordo com uma das Caixas Econômicas, fundadas na primeira metade do século XIX em Minas Gerais (1838), se manteve por mais de 60 anos, quando o fim de suas atividades resultou do impacto das crises financeiras do Encilhamento. A Caixa Econômica em questão é a “Caixa Econômica Particular de Ouro Preto”.

Bastos disse que a Caixa Econômica Particular de Ouro Preto, fundada em 1838, só era aberta ao público aos domingos, das 10 às 14 horas, na Casa da Tesouraria da Fazenda. Em 1858, ou seja, com 20 anos de funcionamento, tal Caixa aplicava todo seu capital apenas na compra de apólices do Governo. Entre os anos de 1858 e 1859 tal investimento de capital sofreu uma grande ruptura. O Governo decidiu nivelar todas as apólices, o que gerou para a Caixa um déficit de 15:841\$000 (BASTOS, 1997 p. 36).

Diante desse quadro, em dezembro de 1859, os acionistas da instituição, buscando cobrir o prejuízo, por conta própria e visando seus próprios interesses, aumentaram o capital da Caixa Econômica Particular de Ouro Preto e alterou seus estatutos. O destino dos fundos dessa Caixa Econômica, a partir de então, foi o Banco Mauá-MacGregor & Co. (BASTOS, 1997 p.36).

A liquidação desse estabelecimento em 1901 pode ser explicado pelos seguintes fatos. Em 1865, a instituição diversificou seu capital, tendo um saldo 4:645\$820 no Banco Mauá-MacGregor e 19:600\$000 na Casa Santos & Irmão. De acordo com o novo estatuto da Caixa Econômica Particular de Ouro Preto, aprovado em 1892, a quantia de 19:600\$000 foi reservada para a compra de ações do Banco do Brasil por essa operação oferecer maiores rendimentos à instituição (BASTOS, 1997 pp. 36-37).

Apesar de Bastos não ter mencionado é possível dizer que, se mais de 80% do capital da firma estava investido em ações do Banco do Brasil, e, que, no ano de 1892, tal banco foi fundido ao Banco da República, tornando-se o Banco da República do Brasil, logo 80% do capital da Caixa Econômica Particular de Ouro Preto estavam alocados no Banco da República do Brasil.

A crise do Encilhamento, que se iniciou em 1891 e teve efeitos durante toda a década de 1890, fez com que as ações do Banco da República tivessem um grande deságio, e, em 1900, a Crise Bancária, decorrente da falta de pagamento do Banco da República do Brasil aos seus credores, acabou por afetar a Caixa Econômica Particular de Ouro Preto.

De acordo com Bastos, o então secretário da Caixa, Pedro Teixeira da Mota, pronunciou-se sobre o fim do estabelecimento, alegando que a Caixa Econômica Particular de Ouro Preto resistiu como pode às crises financeiras sucessivas na década de 1890 até a grande Crise Bancária de 1900. Bastos disse também que tal secretário acusou alguns acionistas da Caixa terem especulado no mercado de ações, fato esse que se refletiu diretamente na instituição e que teria levado a empresa à liquidação (BASTOS, 1997 pp. 35-36).

Em 1986, foi publicado o livro “Origens de um Banco Centenário” de Antônio Lopes de Sá, sobre a trajetória do Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

Antônio Lopes de Sá, através de balanços, relatórios da diretoria e documentos diversos, mostrou que o café foi o produto de referência na economia mineira no século XIX, destacando sua contribuição arrecadação do estado, sendo que sua rentabilidade proporcionou a inversão de capitais desse setor nos setores bancário, comercial e industrial em Minas Gerais (SÁ, 1986 pp. 19 a 36).

O autor destacou também que a conjuntura do Encilhamento, seguida da Crise Bancária de 1900, tiveram um papel marcante e significativo na história bancária de Minas Gerais, e que fizeram desmoronar o sistema bancário em quase sua totalidade no estado (SÁ, 1986 pp. 47 a 57).

A produção cafeeira mineira da última década do século XIX, até quase no final da Primeira República, era responsável por mais da metade do percentual de exportações do estado de Minas Gerais. Observa-se também que, entre 1898 a 1913, a porcentagem da receita derivada do imposto do café ao estado variou entre 63 e 46%:

Tabela 1
Percentual do Valor de Produção do Café e no Conjunto das Exportações Mineiras (1889/1924)

<i>Decênios</i>	<i>Vr. das Exportações (contos)</i>	<i>Vr. do Café (contos)</i>	<i>Percentual do Café s/ o total</i>
1889/1893	99.282,450	71.628,535	71,64
1894/1898	186.687,546	128.164,206	68,65
1899/1903	156.343,563	93.228,506	59,63
1904/1908	136.043,725	64.619,539	47,49
1909/1913	191.802,771	84.682,079	44,15
1914/1918	282.952,735	84.909,415	30
1919/1923	550.796,920	241.233,057	43,79
1924/1926	939.768,502	505.095,723	53,74
Médias	318.047,277	159.195,133	52,39

Fonte: ALVIM, A. **Confrontos e deduções** in: *Minas e o bicentenário cafeeiro no Brasil (1727-1927)*. Secretaria da Agricultura, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929 pp. 80-81-82-83.

Obs: O último período foi composto por três anos em função da ausência de dados.

Tabela 2
Porcentagem da Receita Derivada do Imposto do Café sobre a Receita Global do Estado de Minas Gerais (1898-1913)

Período	Receita Total (mil-réis)	Imposto s/ o café (mil-réis)	%
1898	18.102:189\$27	11.553:952\$85	63,82
1899	18.724:548\$61	11.317:565\$08	60,44
1900	14.768:583\$96	7.916:202\$27	53,60
1901	16.571:036\$46	8.698:373\$48	52,49
1902	16.983:906\$54	7.502:476\$74	44,17
1903	16.308:805\$05	6.992:306\$14	42,87
1904	17.388:172\$13	7.231:484\$86	41,58
1905	14.071:274\$41	4.950:251\$16	35,17
1906	14.952:880\$28	5.808:584\$36	38,84
1907	20.993:508\$80	10.850:844\$51	51,68
1908	20.105:193\$68	8.892:278\$83	44,22
1909	21.185:324\$88	9.971:177\$30	47,06
1910	22.847:438\$90	10.806:607\$21	47,29
1911	23.371:702\$20	8.854:877\$13	37,88
1912	29.261:998\$69	13.053:443\$00	44,60
1913	31.444:220\$74	12.409:633\$96	39,46
Médias	19.817:549\$04	9.175:625\$56	46,57

Fonte: Para as receitas: OLIVEIRA, J. K. e BEHRENS, O. **Finanças do Estado de Minas Gerais (1890-1953)**, Secretaria de Finanças – Departamento de Estudos Econômicos e Legislação Fiscal, Belo Horizonte: 1954 pp. 02-03. Para os impostos pagos: ALVIM, A. **Confrontos e deduções** in: *Minas e o bicentenário cafeeiro no Brasil (1727-1927)*. Secretaria da Agricultura, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929 pp. 80-81-82-83.

Os dados acima demonstram que a produção cafeeira mineira foi responsável por quase metade da receita total do estado de Minas Gerais, o que como Bastos e Sá Lopes defendem, autoriza a se afirmar que o capital cafeeiro gerou excedentes que foram invertidos no setor bancário e industrial. A análise feita sobre o quadro acionário do Banco de Crédito Real de Minas Gerais mostra que, dos 12 maiores acionistas do Banco, sete eram cafeicultores, e, dos 30 maiores acionistas da Companhia Mineira de Eletricidade, 12 eram cafeicultores (GIROLETTI, 1988 pp. 85-89).

Quanto ao setor industrial em Minas Gerais, ao contrário do que disseram Lima e Costa, constatou-se a presença de grandes indústrias têxteis nesse período em Minas, como a Fábrica Mascarenhas, que produzia dois mil metros de tecidos por dia contando com um contingente de 120 funcionários ao lado de empresas de construção civil, empresas do setor de vestuário, uma usina hidrelétrica, além de sociedades anônimas no setor químico e no campo educacional (GIROLETTI, 1988; CROCE, 2008).

Finalmente, no tocante à política econômica do Encilhamento, ficou constatado também que o Estado de Minas Gerais participou efetivamente desse processo, entrando com três bancos de emissão no plano de Auxílio à Lavoura, entre os 17 que foram selecionados pelo Império em todo o território, enquanto o próprio Estado de São Paulo só teve um participante¹.

¹Os Bancos de Minas que participaram do Auxílio à Lavoura foram: Banco Territorial e Mercantil de Minas, Banco de Crédito Real de Minas Gerais e Banco Provincial de Minas. O Banco representante do Estado de São Paulo foi o Banco de Crédito Real de São Paulo.

Verificou-se também que, durante a euforia dessa conjuntura, o Estado de Minas Gerais presenciou a inauguração de nove novos bancos, e, no período de crise, quase todo o sistema bancário foi afetado, através de liquidações e falências (CROCE, 2008; BASTOS 1997; SÁ, 1986).

Uma característica do sistema bancário incipiente em Minas Gerais nesse período foi que, diferente de outros polos produtores de café, como Rio de Janeiro e São Paulo, o estado mineiro não presenciou a entrada de bancos estrangeiros em seu território. Fernando Nogueira da Costa diz:

“(…) no que se refere a bancos estrangeiros: em Minas, não constatamos nenhum; (…) constituem características marcantes da estrutura bancária brasileira desde o Império até a última década da Primeira República (como diriam os cepalinos de etapa primário-exportadora): a precária interiorização da rede bancária e o predomínio dos bancos estrangeiros” (COSTA, 1978 pp. 19-20 – grifos do autor).

A ausência de bancos estrangeiros em Minas Gerais nesse período, talvez se explique pelo fato da região agroexportadora cafeeira do Estado estar próxima a outro grande centro comercial e cafeeiro, o Estado do Rio de Janeiro. Francisco Iglésias diz:

“(…) é que a parte de Minas Gerais mais desenvolvida e de melhor comércio – a Zona da Mata e do Sul – mantinha ligações íntimas com a Província Fluminense; que contava com inúmeros e sólidos estabelecimentos bancários: daí a não existência de bancos mineiros” (IGLÉSIAS, 1954 p. 134).

Vê-se pela tabela abaixo, que, dos 13 bancos fundados em Minas Gerais após 1887, ou seja, no momento da ascensão da economia cafeeira e do início da conjuntura do Encilhamento, oito deles estão localizados na região da Zona da Mata, três na região dos Campos das Vertentes e dois na região Central:

Tabela 3
Instituições Financeiras em Minas Gerais no século XIX

<i>Ano</i>	<i>Instituição</i>	<i>Local</i>
1822	João Batista Machado	São João Del Rey
1838	Caixa Econômica Particular de Ouro Preto	Ouro Preto
1860	Custódio de Almeida Magalhães	Ouro Preto
1875	Caixa Econômica e Monte Socorro	Ouro Preto
1887	Caixa Econômica de Minas	Ouro Preto
1887	Banco Territorial e Mercantil de Minas	Juiz de Fora
1889	Banco Provincial de Minas Gerais	Ouro Preto
1889	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	Juiz de Fora
1889	Banco de Cataguazes*	Cataguases
1890	Banco dos Operários de São João Del Rey	São João Del Rey

1891	Banco Popular de Minas	São João Del Rey
1891	Banco de Crédito Popular de Minas	Juiz de Fora
1891	Banco de Leopoldina	Leopoldina
1891	S/A Crédito Mineiro	Juiz de Fora
1891	Banco de Ubá	Ubá
1892	Banco União de Minas S/A	Barbacena
1892	Banco Comercial de Minas Gerais	Juiz de Fora

Fonte: BASTOS, C. A. *Instituições Financeiras de Minas (1819-1955)*. Embalart Editora Gráfica Ltda. Belo Horizonte, 1997 pp. 328 a 330.

* De acordo com Bastos, o Banco de Cataguazes existiu entre 1889 e 1892 (BASTOS, 1997 p. 329), porém, pela pesquisa realizada nesta cidade (processo nº 4.786 Cartório da Comarca de Cataguazes, de 10 de fevereiro de 1897 – Cx. 431), ficou constatado que esse Banco foi fundado em 1889 com o nome de Banco Construtor, sendo transformado, em 1893, no Banco de Cataguazes. Os dados quanto ao encerramento de suas atividades não foram detectados, porém, através do processo citado acima, sabe-se que, em 1897, tal banco não exercia mais suas atividades, pois aparece como cessionário do Banco de Cataguazes José Duarte Ferreira e Cia., cobrando, através da justiça, uma dívida de cinco contos de réis de um cafeicultor falido. Consta também no livro “Banco de Crédito Real de Minas Gerais”, de autoria de João Ribeiro de Oliveira e Souza, que o Banco de Cataguazes foi liquidado após a primeira crise do Encilhamento, entre 1893 e 1894 (SOUZA, 1925 in: Credireal 101 anos, 1990 p. 06).

A partir do rol desses bancos, é possível estabelecer a relação entre suas atividades e as suas longevidades a partir da análise da economia cafeeira, do desenvolvimento industrial/comercial e da política econômica do Encilhamento.

Quanto aos bancos da cidade de Juiz de Fora, sabe-se que o Banco Territorial e Mercantil de Minas nasceu da iniciativa de três empreendedores, sendo dois cafeicultores e um comerciante. O banco, em 1889, foi beneficiado por sua participação no Decreto do Auxílio à Lavoura, tornando-se um banco emissor, e que faliu em virtude das operações especulativas típicas da conjuntura do Encilhamento no mercado do Rio de Janeiro.

O Banco Crédito Popular de Minas, fundado em 1891, foi uma iniciativa de incorporadores atuantes na indústria e na cafeicultura. Sua liquidação em 1893 deveu-se a falta de recursos para integralização de suas ações subscritas no âmbito da crise financeira do Encilhamento e a crise cafeeira da Zona da Mata Mineira.

O Banco de Crédito Real de Minas Gerais, por sua vez, tinha entre seus maiores acionistas um industrial, um comerciante e vários cafeicultores. Assim como o Banco Territorial e Mercantil de Minas, ele foi beneficiado na participação do Auxílio à Lavoura e conseguiu ultrapassar as crises do Encilhamento, uma vez que não realizou operações especulativas. Tal diretriz seguida pelo banco consolidou-o e permitiu-lhe articular vários mecanismos de garantias à economia cafeeira no decorrer da década de 1890. Foi o único banco mineiro que sobreviveu à Crise Bancária de 1900.

O Banco S/A Crédito Mineiro, fundado em 1891, era um banco que operava na praça do Rio de Janeiro, porém, que a crise de numerários naquela praça em 1892, encerrou suas atividades. O Banco Comercial de Minas Gerais foi fundado em 1892, não chegou a operar. Incorporado por ex-diretores do Banco Territorial de Minas na tentativa de absorver o patrimônio dessa instituição falida, não conseguiu recursos suficientes para cobrir o passivo de 8.103:625\$423 (BASTOS, 1997 p. 55).

Na região central de Minas, em Ouro Preto, a Caixa Econômica de Minas Gerais, fundada em 1887, encerrou suas atividades em 1903. O Banco Provincial de Minas Gerais, fundado em 27 de maio de 1889, e que, em 05 de março de 1890 passou a

ser o Banco de Minas Gerais, foi liquidado na primeira grande crise do Encilhamento, em 27 de setembro de 1892 (BASTOS, 1997 p. 42). João Ribeiro Oliveira e Souza, gerente e diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais entre 1889 e 1906, afirmou que tal banco foi uma das vítimas da voragem do Encilhamento (SOUZA, 1925 in: Credireal 101 anos, p. 06).

Na região dos Campos das Vertentes e Zona da Mata, regiões próximas e articuladas, o Banco Popular de Minas de São João Del Rey foi inaugurado em 1891 e liquidado na crise do Encilhamento. Porém, um dado relevante foi detectado quanto a essa instituição. O Banco Territorial e Mercantil de Minas era um de seus maiores acionistas, no mesmo período em que ocorreu a falência do Territorial, deu-se a liquidação do Banco Popular de Minas de São João Del Rey (BASTOS, 1997 pp. 51-52). Pouco se sabe sobre o Banco dos Operários de São João Del Rey, fundado em 1890 (BASTOS, 1997 pp. 51-52).

O Banco União de Minas S/A, fundado em 1892, na cidade de Barbacena (SENADO FEDERAL, Decreto nº 823, de 24 de maio de 1892), tinha como seus incorporadores investidores ligados ao setor político, como o Visconde de Lima Duarte; ao setor agrícola, como Carlos Pereira de Sá Fortes, e profissionais liberais, como o médico Dr. João Augusto R. de Caldas. Não se têm impressões sobre sua liquidação, que deve ter ocorrido antes de 1900, pois, após essa crise, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais foi o único banco a operar no estado (SOUZA, 1925 in: Credireal 101 anos p. 06; DULCI, 1999 p. 49).

É interessante observar que, ao contrário do que afirmam Costa (1978) e Lima (1977), que o café e as atividades agrícolas não foram fornecedores de capital para o setor bancário nesse momento em Minas Gerais, mas apenas o capital comercial, e em pequena escala, constatou-se que o Banco da cidade de Barbacena se contraria essa tese.

Um dos proprietários do Banco União de Minas S/A foi Carlos Pereira Sá Fortes, um grande produtor no setor de laticínios da região. No Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais de 1903, evento esse realizado pelo governo de Minas Gerais para promover um projeto de desenvolvimento econômico, Carlos Pereira Sá Fortes foi mencionado, por alguns estudiosos desse Congresso como um eminente fazendeiro mineiro (DULCI, 1999 p. 43 – nota de rodapé nº 10 pp. 245-246 e Jornal MINAS GERAES, 20 de abril de 1903 p. 05).

O Banco de Cataguazes, assim como o Banco de Leopoldina, teve duração efêmera e vivenciou a conjuntura do Encilhamento em sua euforia e sua crise. O Banco de Cataguazes operou entre 1890 e 1893, e o de Leopoldina entre 1891 a 1893.

O Banco de Cataguazes possuía um capital de 1.000:000\$000, e operava também na praça do Rio de Janeiro (Jornal LEOPOLDINENSE, 02 de novembro de 1890). Teve como incorporador João Duarte Ferreira, cafeicultor, comerciante e industrial, que mobilizou capitais do banco em investimentos de infraestrutura, como a estrada de ferro Cataguazes-Miraí, além de apoiar o investimento em saneamento público (www.historiadecataguazes.com.br).

“Sob o comando do capital cafeeiro, predominantemente mercantil, surge a atividade financeira através de dois bancos em Cataguazes: o Banco Construtor do Brasil, constituído em 1890, e o Banco de Cataguazes, fundado em 1893, ambos de propriedade do imigrante português João Duarte Ferreira, que serão os principais instrumentos de transformação e acumulação do capital cafeeiro em empreendimentos comerciais e,

posteriormente
(www.cataguasesviva.com.br).

industriais.”

Observa-se que, mesmo com a crise do Encilhamento e o encerramento das atividades do Banco de Cataguazes, seu incorporador, assim como o ocorrido em sociedades anônimas do setor industrial em Juiz de Fora após a Crise do Encilhamento em 1900, transferiu seus investimentos da esfera das sociedades anônimas para as sociedades simples.

João Duarte Ferreira, acionista majoritário do Banco de Cataguazes, tornou-se cessionário dessa instituição liquidada através de sua firma João Duarte Ferreira e Cia. (processo nº 4.786, Cartório da Comarca de Cataguazes, de 10 de fevereiro de 1897 – Cx. 431), e os capitais provenientes dessa firma possibilitaram a esse investidor participar de dois empreendimentos fundamentais para o desenvolvimento de Cataguazes no início do século XX, a criação de uma grande fábrica de fiação e tecelagem e a instalação de energia elétrica:

“Em 1905, ele (João Duarte Ferreira) é um dos principais acionistas e co-fundador da Cia. de Fiação e Tecelagem Cataguazes — e também acionista majoritário da recém-fundada Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina.”
(www.historiadecataguases.com.br).

O Banco de Leopoldina foi fundado em 1º de março de 1891, e teve como um de seus incorporadores o cafeicultor José Antônio Monteiro da Silva. A finalidade desse banco era:

“facilitar a aquisição de capitais à lavoura, do comércio, a indústria e a todas as classes laboriosas, que até então desaproveitaram suas forças faltos de meios que lhes permitissem desenvolvimento. (...) tudo se deve esperar no sentido de fazer do Banco de Leopoldina o que ele realmente deve ser um poderoso auxiliar das classes produtivas.” (Jornal LEOPOLDINENSE 1º de março de 1891).

Quanto ao Banco de Ubá e Rio Branco, que funcionou entre 1891 a 1896, Bastos diz que percorreu uma trajetória muito conturbada, ao que tudo indica, relacionada à produção cafeeira:

“Em 1890 o Comendador José Teixeira da Costa, cidadão português, construiu um prédio assobradado em estilo moderno, com acabamento de alto luxo, porcelanas importadas, mármore de carrara, assoalho de pinho de Riga e de tijolos queimados, que os imigrantes italianos fabricavam. O andar superior servia de moradia e no inferior funcionavam as dependências destinadas ao

banco. Este banco deu prejuízo ao Comendador que o vendeu ao Conselheiro Carlos Afonso de Assis Figueiredo, irmão do Visconde de Ouro Preto, possivelmente em 1892, ano que o Visconde Ouro Preto adquiriu a Fazenda da Floresta, pertencente ao seu genro Dr. Feliciano Mendes de Mesquita Barros (...) o Comendador mudou-se para Rio Branco onde se tornou comerciante de café. O Banco de Ubá e Rio Branco continuou a dar prejuízos e o Conselheiro Carlos precisou vender bens de raiz para pagar os credores (...).” (BASTOS, 1997 pp. 53-54).

Analisando a trajetória dos bancos considerados aqui, percebe-se uma sequência de fatos, que, se associados, apresentam uma perspectiva relevante. A economia cafeeira era o elemento principal da balança comercial de Minas Gerais. A Abolição motivou a medida governamental, o “Auxílio à Lavoura”, em 1889, na tentativa de contornar uma possível crise com as bases escravagistas através do crédito, o que está na base do Encilhamento.

O incentivo dado pelo Tesouro do Império, através de subsídios oferecidos ao setor financeiro brasileiro, incluindo o mineiro, com três bancos de emissão (Banco Territorial e Mercantil, Banco Provincial de Minas e Banco de Crédito Real de Minas Gerais), fez com que ficassem ampliadas as perspectivas de desenvolvimento do setor cafeeiro, do setor comercial e do setor industrial, além da diversificação setorial conferida através da abertura de sociedades anônimas, o que possibilitou o surgimento de mais bancos no Estado, como os dez criados após o início do Encilhamento.

A queda do regime imperial e as conseqüências do processo de especulação financeira na praça do Rio de Janeiro afetaram o sistema bancário de outros estados, como o caso de Minas Gerais, instalara-se a primeira crise do Encilhamento, que, entre 1891 e 1893, derrubou quase todo o sistema bancário mineiro.

A partir de 1894, as tentativas de implantação de uma política econômica ortodoxa pelo governo de Prudente de Moraes, com a contração de crédito e a execução do contrato *Funding- Loan*, em 1898, no governo de Campos Sales, política econômica que buscou contrair a economia e sanear as contas públicas, o que acabou por desencadear a Crise Bancária de 1900, da qual em Minas Gerais apenas o Banco de Crédito Real de Minas Gerais sobreviveu, um dos poucos em todo país que saiu incólume desse episódio. Tal fato levou, no início do século XX, o seu gerente-diretor, João Ribeiro de Oliveira e Souza, a ser consultor do setor bancário mineiro no Congresso Agrícola Comercial e Industrial em 1903 efetivado pelo governo de Minas Gerais, presidente do Banco do Brasil em 1905 e posteriormente, Ministro da Fazenda em 1919, sendo considerada de acordo com o histórico do Ministério da Fazenda, uma das melhores gestões desse gabinete governamental (www.fazenda.gov.br).

O Congresso Agrícola, Comercial e Industrial realizado em Belo Horizonte, capital mineira em 1903, deu as novas diretrizes no setor bancário mineiro que se estendeu por um longo período no século XX.

Na visão de João Ribeiro, a solução para o renascimento e alavancagem do setor bancário mineiro estaria no plano macro, na abertura de um grande banco do governo sob forma de sociedade mista e a abertura de bancos de crédito real em cada unidade federativa do país.

No plano micro, João Ribeiro defendia a abertura de cooperativas ou associações nos moldes dos modelos *Reiffsein* e *Schulze Delitsch* para atender os pequenos produtores:

“(...) O jornal do Rio publica (...) João Ribeiro (...) lembra a adoção imediata de cooperativas de créditos locais e caixas de empréstimos a sindicatos agrícolas *Reiffsein* e *Schulze-Delitsch*. Os bancos existentes em Minas devem descontar os efeitos das caixas que criarem.” (Jornal MINAS GERAES, 29 de abril de 1903).

Tanto no plano macro como no micro, os estabelecimentos que iriam ser criados teriam de ser rigorosamente fiscalizados e regidos por contratos minuciosos, além de terem de ser efetivadas algumas modificações do Código Comercial e na legislação de 1885 e 1890, para que não se repetissem as crises financeiras que ocorreram na primeira década republicana.

Após o Congresso, em 1906, João Ribeiro de Oliveira e Souza assumiu a Presidência do Banco do Brasil, e, nesse mesmo ano, João Pinheiro assumiu o Governo do Estado de Minas Gerais.

A nova estrutura bancária e de crédito em Minas Gerais foi marcada, nesse período, pela tentativa de implementação das articulações desenvolvidas no Congresso de 1903. Apesar de muitas sugestões consideráveis não terem sido colocadas em prática, como no caso do “Banco Colonizador”, voltado para alavancar colônias de imigrantes e apoiar os pequenos proprietários, outras foram efetivadas.

No governo de João Pinheiro, o sistema de cooperativas no setor agrícola foi implementado, principalmente no setor cafeeiro da Zona da Mata Mineira. Porém, o sistema de cooperativas, que tinha expectativas promissoras, não apresentou os resultados esperados. Otávio Dulci diz:

“O esquema de cooperativas acabou caminhando em sentido diverso do modelo europeu. Sua finalidade na Europa era de assistir e tornar competitiva a pequena produção (que João Pinheiro queria apoiar), mas dada a estrutura agrária mineira, dominada por grandes ou médias unidades, as cooperativas assumiram a feição de consórcios dos produtores mais poderosos, com participação subordinada dos pequenos. O movimento de participação cooperativista não morreu, mas só tomara vulto algumas décadas mais tarde, sob outras circunstâncias econômicas e políticas.” (DULCI, 1999 p. 47 - nota de rodapé 18 p. 247).

No que tange, diretamente, à formação da rede bancária de Minas Gerais, a solução para a crise cafeeira e a alavancagem de um novo setor bancário, detectou-se que o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, por meio da criação de sua Carteira de Crédito Agrícola, em 1905, concretizou uma parceria com o Estado, que gerou resultados positivos para o setor agrícola, principalmente, o cafeeiro, setor para o qual

as atenções mais se voltavam. Reforçando mais ainda o setor cafeeiro, em 1906, com a política de valorização do café representada pelo Convênio de Taubaté, a crise cafeeira em Minas foi superada.

As ideias propostas no relatório de João Ribeiro para o Congresso de 1903 começaram a tomar forma mais visível em 1911, quando surgiu em Minas Gerais, o Banco Hipotecário e Agrícola, gerido pelo grupo francês Périer para atuar nos campos de crédito agrícola e empréstimos às prefeituras para atender ao saneamento urbano, tendo como contrapartida do governo isenções fiscais e garantia de juros em suas letras hipotecárias (DULCI, 1999 p. 49).

Em 1913, o Estado de Minas Gerais adquiriu 2/3 das ações do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, e, conforme João Ribeiro havia ressaltado em seu relatório, na questão da “sociedade mista”, o governo, geriu o banco com investimentos do capital privado, adquirindo melhores condições de atender a demanda de crédito das classes produtoras do Estado.

É importante ressaltar também, que a atuação do Estado em parceria com esses dois grandes bancos, que tinham suas sedes em pontos estratégicos, além de sucursais, atendendo às necessidades de crédito não só agrícola, mas também o comercial e industrial, já vinha sendo discutida, e foi colocada em pauta, pelo membro da Comissão do Comércio do Congresso de 1903, o Coronel Ignácio Bulamarqui:

“Pelo que diz respeito ao crédito, é necessidade do comércio que tem sido muito adiada; o estabelecimento de um grande banco com garantia de juros por parte do Estado e tendo por fim fornecer capital a juros módicos ao comércio e às indústrias promissoras. Esse banco poderá ter sede na capital e sucursal nas praças principais do Estado. Alimentamos a esperança de que o ilustre membro dessa Comissão, a cuja competência foi confiada o estudo das questões bancárias, apresente ao Congresso vistas práticas e oportunas sobre esse banco” (Jornal MINAS GERAES, 8 de maio de 1903 p. 02).

A tabela abaixo mostra como, a partir de 1909, o setor bancário mineiro cresceu:

Tabela 4
Instituições Financeiras fundadas em Minas Gerais entre 1909 A 1930

<i>ANO DA FUNDAÇÃO</i>	<i>INSTITUIÇÃO OU BANCO</i>	<i>SEDE DA MATRIZ</i>
1909	Guaxupé	Guaxupé
	União Comercial – Seção Bancária	Guaranésia
1911	Hypotecário e Agrícola de Minas Gerais	Belo Horizonte
1912	Cia. Ind. Sula Mineira – Seção Bancária	Itajubá
	Cooperativa Agrícola Pontenovense	Ponte Nova
1913	Caixa Rural de Jaboticatubas	Jaboticatubas

1914	Comércio e Lavoura de Muzambinho	Muzambinho
	Alves & Cia. – Seção Bancária	Guaranésia
1916	Casa Bancária Eduardo Porto & Cia.	Ubá
1917	Santaritense	Santa Rita do Sapucaí
	Coop.Pastoril Sul Mineira	Três Corações
1918	Comercial de Alfenas	Alfenas
1919	Monte Santo	Monte Santo
	Cia. Dias Cardoso – Seção Bancária	Juiz de Fora
1920	Paraguassú	Paraguassú
1921	Casa Bancária Lima & Cia.	Guaranésia
1922	Machadense	Machado
	Conde, Almeida & Silva	Frutal
	Odilon Freitas & Cia. Casa Bancária	Guaranésia
	Ferreira Alves & Cia.	Guaxupé
	Lima Bernardes, Fordi & Cia.	Monte Santo
	Banco J. O. Resende & Cia. Ltda.	S. S. do Paraíso
	Maciel Bastos & Cia.	Belo Horizonte
1923	Comércio e Indústria de Minas Gerais	Belo Horizonte
	Casa Bancária Santos, Conde & Almeida	Araguari
	Casa Bancária Raul de Paula e Silva Ltda.	Frutal
	Casa Bancária Osmar Dumont	Arceburgo
	Cia. de Indústrias Reunidas – Seção Bancária	Pitangui
1924	Arceburgo	Arceburgo
	Cabo Verde	Cabo Verde
	Comercial de Minas Gerais	Carangola
	Miraí	Miraí
	Popular Sul de Minas	Santa Rita do Sapucaí
	Comercial e Agrícola de S. S. do Paraíso	S. S. do Paraíso
	Casa Bancária Alves de Lima & Cia.	Monte Santo
	J. Dias & Cia – Seção Bancária	Itajubá
	Casa Bancária Monici & Graziani	Andradas
1925	Lavoura de Minas Gerais	Belo Horizonte
	Tavares Monteiro & Cia.	Guaranésia

	Oeste de Minas Gerais	Formiga
	Rural de São Tiago	São Tiago
	Agrícola de Sete Lagoas	Sete Lagoas
	Comercial e Agrícola de Varginha	Varginha
	Banco Comercial e Agrícola de Bom Sucesso	Bom Sucesso
	Banco Comercial e Agrícola de Teófilo Otoni	Teófilo Otoni
	Banco de Cássia	Cássia
1926	Casa Bancária Nunes & Melo	Caxambu
	Casa Bancária Borges & Fontoura	Conquista
	Casa Bancária Altivo Quintão	São Domingos do Prata
1927	Banco Popular de Arassuaí	Araçuaí
	Casa Bancária Bernardino Nantes	Monte Santo
	Banco Popular de Montes Claros S/A	Montes Claros
1928	Mineiro	Visconde do Rio Branco
	Banco Juiz de Fora	Juiz de Fora
	Pontenovense	Ponte Nova
	Banco Popular de Ubá	Ubá
	Banco de crédito Agrícola e Comercial de Patos	Patos de Minas
	Banco de Caxambu	Caxambu
	Banco Popular Agrícola e Industrial de Lagoa Dourada	Lagoa Dourada
	Banco Mercantil do estado de Minas Gerais	Manhuaçu
	Banco Popular de São Tiago	São Tiago
	Banco Popular de Viçosa	Viçosa
1929	Casa Bancária Dr. Allu Marques	Curvelo
	Banco de Minas	Juiz de Fora
	Banco de Sociedade Cooperativa de Resp.Ltda.	Itapeçerica
	Banco das Águas Virtuosas – Soc. Cooperativa de Resp. Ltda.	Lambari
1930	Banco Comércio e Agrícola de Minas Gerais	Conselheiro Lafaiete
	Lar Mineiro S/A	Belo Horizonte

Fonte: BASTOS, C. A. *Instituições Financeiras de Minas (1819-1955)*. Embalart Editora Gráfica Ltda. Belo Horizonte, 1997 pp. 328 a 339.

O setor bancário mineiro, que entre 1896 e 1909 não assistiu a abertura de nenhum novo banco, tornou a viver uma nova conjuntura, a partir de 1909, com uma vasta rede bancária espalhando-se por todo o Estado de Minas Gerais, e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais e o Banco Hipotecário e Agrícola consolidando-se ainda mais em suas parcerias envolvendo capitais tanto do governo como do setor privado, retomando, assim, uma nova dinâmica dos bancos em Minas Gerais.

Conclusão

Estudos que mostraram os bancos em Minas Gerais no século XIX como um setor alheio à euforia e à crise do Encilhamento e não ter sido estimulado pela cafeicultura que de acordo com essas teses eram precária e limitada, que não permitia “vazamentos” para a inversão em investimentos no setor bancário, não condizem com a realidade histórica.

Os dados levantados pela Secretaria da Agricultura de Minas Gerais (1929) mostram que a produção cafeeira mineira, da última década do século XIX até quase o final da Primeira República, era responsável por mais da metade do percentual de exportações do Estado de Minas Gerais. Observa-se também que, entre 1898 e 1913, a porcentagem da receita derivada do imposto do café no estado variou entre 63 e 46%.

Já na questão das inversões de capitais da cafeicultura para o setor bancário, os quadros de acionistas dos bancos criados em Minas Gerais no século XIX, e principalmente no Banco de Crédito Real de Minas Gerais, que foi o mais representativo desse setor, mostram grande quantidade de cafeicultores que investiram seus ativos nesses empreendimentos.

Quanto à participação do setor bancário mineiro na conjuntura do Encilhamento, a política de expansão monetária em seu início de euforia permitiu ao estado, principalmente na Zona da Mata, a criação de novos bancos, do estabelecimento de relações entre os setores financeiro e industrial.

No momento de crise dessa conjuntura, quase todo o setor bancário mineiro foi liquidado, sendo que, após a Crise Bancária de 1900, somente o Banco de Crédito Real de Minas Gerais continuou a exercer suas atividades no estado. A crise financeira que começou a se manifestar, de fato, em 1892, juntamente com a crise cafeeira iniciada em 1896, levaram à liquidação de bancos, casas comerciais, indústrias e sociedades anônimas.

A crise gerada nesses dois mercados (cafeeiro e financeiro), quase que simultaneamente, influenciaram diretamente a proposta de parceria entre governo e o setor privado, denominado de “classes produtoras”, que buscaram solucionar a economia de Minas Gerais naquele momento.

O Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 foi decisivo para diagnosticar e apresentar propostas de desenvolvimento estratégico para a economia mineira. Tal Congresso lançou as diretrizes para uma plataforma de desenvolvimento econômico em Minas Gerais.

Fontes Primárias:

Jornais *O Pharol*, *Jornal do Comércio*, *Diário de Minas* e *Minas Livre*, sob a guarda do Arquivo do Centro de Memória da Biblioteca Murilo Mendes - Prefeitura

Municipal de Juiz de Fora.

Jornais *O País*, *Jornal do Commercio* e *Gazeta de Notícias*, sob custódia da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Jornal *Leopoldinense*, sob custódia do Centro de Documentação Histórica (C.D.H.) - Instituto Francisca de Souza Peixoto, em Cataguases.

Jornal *Minas Geraes*, sob custódia da Hemeroteca da Biblioteca Municipal de Belo Horizonte.

-Processos de Falência sob custódia do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora:

Banco Territorial e Mercantil de Minas - 1893. caixa 3965.

Empresa Typographica de Juiz de Fora de 11 de março de 1901.

Antônio Souza e Cia de 09 de maio de 1899.

A. J. da Rocha Firma Individual de 17 de janeiro de 1899.

Strombino & Franchini de 25 de abril de 1900.

Firma Correa & Cia nº 1.727 – 1900.

Processo cível de cobrança de nota promissória do *Banco de Cataguazes* nº 4.786 Cartório da Comarca de Cataguazes, de 10 de fevereiro de 1897 – Caixa 431, sob custódia do Centro de Documentação Histórica (C.D.H.) – Instituto Francisca de Souza Peixoto, em Cataguases.

Coleção de Leis e Decretos do Governo de Minas Gerais (1889-1905), sob guarda do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte - M.G.

BANCO DE CRÉDITO REAL, *Relatórios apresentados à Assembleia Geral dos Acionistas entre 1889 a 1901*, sob custódia do Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais / Secretaria de Cultura de Minas Gerais.

BRASIL, Ministério da Fazenda. Imprensa Nacional. *Relatórios e Decretos* entre 1888 a 1903, sob custódia da Biblioteca do Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro.

Livro de Atas e Resoluções da Câmara Municipal de Juiz de Fora (1888-96) sob custódia do Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

SENADO FEDERAL, *Decreto nº 823, de 24 de maio de 1892*. (Fundação do Banco União de Minas S/A na cidade de Barbacena.

Fontes Cibernéticas:

Ciclo de Conferências da Academia Brasileira de Letras, 1999. **Ciclo Rui Barbosa: Rui e a Crise Financeira da 1ª República**. Conferencista Celso Furtado em 01/09/1999.

Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. **Bolsa do Rio 140 anos**. Bloch Editores S/A. Rio de Janeiro, 1985.

Site Brasil - História por Voltaire Schilling - DOMINGUES, R. **O Nascimento da República.**

Site www.brasilecola.com>historiadobrasil

Site www.cataguasesviva.com.br

Site www.historiadecataguases.com.br

Site do Ministério da Fazenda: www.fazenda.gov.br

Bibliografia:

ALVARENGA FILHO, J. T. (1987) *Alguns Eventos da História Bancária de Juiz de Fora* in: BASTOS *et alii.* (1987). **História Econômica de Juiz de Fora.** Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora

ALVIM, A **Confrontos e Deduções** in: *MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil (1727/1927).* Belo Horizonte. Imp. Oficial, 1929.

BARBOSA, F. A. **João Pinheiro – Documentário sobre a sua vida.** Publicação do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, 1966.

BASTOS, C. A. **Instituições Financeiras de Minas (1819-1955).** Embalart Editora Gráfica Ltda. Belo Horizonte, 1997.

CAVALCANTI, A. **O Meio Circulante Nacional, 1808-1831.** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983.

COSTA, F. N. **Bancos em Minas Gerais. 1889-1964.** Universidade Estadual de Campinas, 1978 (dissertação).

CROCE, M. A. **O Encilhamento e a Economia de Juiz de Fora: O balanço de uma conjuntura.** FUNALFA Edições – Prefeitura de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2008.

DULCI, O. S. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais.** Editora UFMG. Belo Horizonte, 1999.

FILHO, José Tostes de Alvarenga. **Alguns Eventos da História Bancária de Juiz de Fora** in: *História Econômica de Juiz de Fora.* Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Juiz de Fora, 1987.

FRANCO, B. S. **Os bancos do Brasil: sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984.

FRANCO, G. B.. **A 1ª Década Republicana** in: ABREU, M. P.. *A Ordem do Progresso: 100 anos de Política Econômica Republicana 1889-1989.* 11ª ed. Rio de

Janeiro, Campos, 1990.

GIROLETTI, D. A. **Industrialização de Juiz de Fora 1850-1930**. Juiz de Fora. EDUFJF, 1988.

IGLÉSIAS, F. **Política econômica do governo provincial mineiro: 1835-1889**. Instituto Nacional do Livro/MEC, 1958.

LIMA, J. H. **Café e Indústria em Minas Gerais 1870-1920**. Vozes. Rio de Janeiro, 1981.

MASCARENHAS, N. L. **Bernardo Mascarenhas e o Surto Industrial de Minas Gerais**. Rio de Janeiro, Aurora, 1954.

PELÁEZ C. M.; SUZIGAN, W. **História Monetária do Brasil**. Editora Universidade de Brasília, 1981.

PIRES, A. **Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora - 1870/1930**. Universidade Federal Fluminense, 1993 (Dissertação).

RIBEIRO DE ANDRADE, A. C. **Bancos de Emissão no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

SÁ, A. L. **Origens de um Banco Centenário**. Edição comemorativa do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Juiz de Fora, 1986.

VIANA, V. **O Banco do Brasil, sua formação, seu engrandecimento, sua missão nacional**. Rio de Janeiro, Tipografia Jornal do Commercio, 1926.

WIRTH, J. **Minas e a Nação. Um estudo de Poder e Dependência Regional (1889-1937)** in: FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, DIFEL: t. III, v. I, 1977.